

# A práxis educativo-política dos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos e a organização da cultura

**Lia Pinheiro Barbosa**

*Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM*

*Docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*lia.barbosa@uece.br*

*<https://orcid.org/0000-0003-0727-9027>*

## Resumo

Este artigo analisa o processo de organização da cultura e a disputa hegemônica no âmbito da práxis educativo-política dos movimentos indígenas e camponeses na América Latina. Para tanto, aborda-se o conceito de hegemonia atrelado ao caráter periférico dos nossos países, em que o projeto histórico de desenvolvimento é atravessado por um neocolonialismo e uma integração capitalista dependente e subordinada. Outrossim, argumenta-se que o processo de formação do intelectual orgânico não se restringe a uma tarefa exercida unicamente por um partido revolucionário e popular. A história política latino-americana é cenário de muitas lutas e rebeliões articuladas por diferentes organizações e movimentos populares de caráter urbano e rural. No caso dos projetos educativo-políticos articulados pelos movimentos indígenas e camponeses, identificam-se quatro premissas: a) a construção de um processo educativo que permita a interpretação crítica do processo histórico de formação sociocultural e política da América Latina e que promova uma ruptura com a dialética colonial, patriarcal, racista e classista da opressão historicamente erigida na região; b) a formação do intelectual orgânico intrínseco aos seus próprios processos organizativos; c) o vínculo com uma crítica onto-epistêmica da imposição do paradigma moderno ocidental capitalista eurocentrado como *alma mater* e cânone interpretativo do mundo e das relações socioculturais, de produção e de política; e d) a constituição de uma disputa hegemônica como força social e histórica, na qual a práxis educativo-pedagógica é concebida como um projeto de hegemonia, o que exige a gênese de uma nova cultura política que responda aos desafios da crise civilizatória.

**Palavras-chave** cultura; hegemonia; movimentos camponeses e indígenas; educação; américa latina.

---

**Conhecer: debate entre o público e o privado**

2022, Vol. 12, nº 28

ISSN 2238-0426

DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2022.12.28.7833>

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 04 out 2021

Data de publicação 10 jan 2022

---

## Educational-political praxis of Latin American peasant and indigenous movements and culture organization

### Abstract

This article analyzes the culture organization process and the hegemony dispute within the educational-political praxis of indigenous and peasant movements in Latin America. Therefore, it addresses the concept of hegemony linked to the peripheral nature of our countries, in which the historical development project is permeated by neocolonialism, as well as dependent and subordinate capitalist integration. Furthermore, it is argued that the education process of an organic intellectual is not restricted to a task done solely by a revolutionary and popular party. Latin American political history is the scene of many struggles and rebellions organized by various organizations and popular movements of an urban and rural nature. In the case of educational-political projects interconnected by indigenous and peasant movements, four premises are identified: a) the building of an educational process that allows a critical interpretation of the historical process of sociocultural and political development in Latin America and promotes a break with the colonial, patriarchal, racist, and classist dialectics of oppression historically experienced in the region; b) the education of an organic intellectual inherent to its own organizational processes; c) the link with an onto-epistemic critique of imposing the modern western capitalist, Eurocentric paradigm as *alma mater* and interpretive canon of the world and the sociocultural, production, and political relations; and d) the constitution of a hegemony dispute as a social and historical force, in which the educational-pedagogical praxis is regarded as a hegemony project, and this requires the genesis of a new political culture that responds to challenges of the civilizational crisis.

**Key words** culture; hegemony; peasant and indigenous movements; education; latin america.

## Praxis político-educativa de los movimientos campesinos e indígenas latinoamericanos y la organización de la cultura

### Resumen

Este artículo analiza el proceso de organización de la cultura y la disputa hegemónica dentro de la praxis educativo-política de los movimientos indígenas y campesinos en América Latina. Para esto, se aborda el concepto de hegemonía ligado al carácter periférico de nuestros países, donde el proyecto histórico de desarrollo está permeado por un neocolonialismo, así como por una integración capitalista dependiente y subordinada. Además, se argumenta que el proceso de formación de un intelectual orgánico no se restringe a una tarea realizada únicamente por un partido revolucionario y popular. La historia política latinoamericana es escenario de múltiples luchas y rebeliones organizadas por diversas organizaciones y movimientos populares de carácter urbano y rural. En el caso de los proyectos educativo-políticos interconectados por los movimientos indígenas y campesinos, se identifican cuatro premisas: a) la construcción de un proceso educativo que permita una interpretación crítica del proceso histórico de desarrollo sociocultural y político en América Latina y que promueva una ruptura con la dialéctica colonial, patriarcal, racista y clasista de la opresión vivida históricamente en la región; b) la formación de un intelectual orgánico inherente a sus propios procesos organizacionales; c) el vínculo con una crítica onto-epistémica a la imposición del paradigma moderno capitalista occidental, eurocéntrico, como *alma mater* y canon interpretativo del mundo y de las relaciones socioculturales, productivas y políticas; y d) la constitución de una disputa hegemónica como fuerza social e histórica, en la que la praxis educativo-pedagógica es considerada como un proyecto de hegemonía, lo que exige la génesis de una nueva cultura política que responda a los desafíos de la crisis civilizatoria.

**Palabras clave** cultura; hegemonía; movimientos campesinos e indígenas; educación; américa latina.

---

## Praxis éducative-pédagogique des mouvements paysans et indigènes latino-américains et l'organisation de la culture

### Résumé

Cet article analyse le processus d'organisation culturelle et la dispute hégémonique au sein de la praxis éducative-pédagogique des mouvements indigènes et paysans en Amérique Latine. Pour cela, le concept d'hégémonie lié à la nature périphérique de nos pays est abordé, dans lequel le projet historique de développement est traversé par un néocolonialisme et une intégration capitaliste dépendante et subordonnée. Autrement, il est soutenu que le processus d'éducation de l'intellectuel organique ne se limite pas à une tâche accomplie uniquement par un parti révolutionnaire et populaire. L'histoire politique latino-américaine est le théâtre de nombreuses luttes et rébellions organisées par différentes organisations et mouvements populaires à caractère urbain et rural. Dans le cas des projets éducatifs et politiques articulés par des mouvements indigènes et paysans, quatre prémisses sont identifiées: a) la construction d'un processus éducatif qui permet une interprétation critique du processus historique de formation socioculturelle et politique en Amérique Latine et qui promeut une rupture avec la dialectique d'oppression coloniale, patriarcale, raciste et de classe historiquement construite dans la région; b) la formation de l'intellectuel organique intrinsèque à ses propres processus organisationnels; c) le lien avec une critique onto-épistémique de l'imposition du paradigme capitaliste occidental moderne, eurocentrique, comme *alma mater* et canon interprétatif du monde et des relations socioculturelles, de production et de politiques; et d) la constitution d'une dispute hégémonique en tant que force sociale et historique, dans laquelle la praxis éducative-pédagogique est conçue comme un projet d'hégémonie, ce qui nécessite la genèse d'une nouvelle culture politique qui réponde aux défis de la crise civilisationnelle.

**Mots-clés** culture; hégémonie; mouvements paysans et indigènes; éducation; Amérique latine.

## Introdução

*Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.*  
(Gramsci, 1982)

Uma das questões centrais da análise de Antonio Gramsci diz respeito às suas contribuições para a história dos intelectuais e a distinção entre intelectuais como categoria orgânica e intelectuais como categoria tradicional (Gramsci, 1982). No âmbito da elaboração de uma teoria crítica encarnada em uma práxis política, interessava ao pensador italiano adentrar a compreensão do processo histórico de formação das diversas categorias de intelectuais e seu papel na criação das condições objetivas e subjetivas para a expansão da própria classe. No contexto da luta de classes, a conformação de uma camada intelectual tem o propósito de imiscuir-se ativamente na atividade prática da vida pública, como um

---

construtor e organizador da ação política e, desde essa posição, elaborar os conceitos que emergem dos processos históricos concretos e das contradições inerentes às determinações sociais.

A organização da cultura constitui uma questão fundante na conformação da camada intelectual e sua função essencial, sobretudo porque é da dimensão cultural que derivam os fundamentos ontológicos do ser em sua existência social, isto é, como construímos nossas relações nos planos produtivos e reprodutivos, na natureza de nossas instituições sociais e nas subjetividades próprias de nossa vivência social enquanto experiência histórica.

A cultura incorpora o processo histórico de fundação das estruturas sociais e produtivas, as quais são permeadas por contradições resultantes das expressões da exploração, dominação e opressão que atravessam toda a história. Antonio Gramsci adentrou a análise desse processo histórico no contexto europeu, em particular o italiano, ocupando-se de diferentes esferas, instâncias e sujeitos por onde operam o alicerçamento da organização da cultura. E, nesse conjunto de elementos, Gramsci identifica não só a centralidade do intelectual como categoria e sujeito histórico, mas o caráter pedagógico e educativo intrínseco à cultura, sobretudo o papel das instituições educativas, isto é, a escola e a universidade na formação dos intelectuais.

Na estruturação da sociedade moderna capitalista, observamos a existência de duas camadas de intelectuais orgânicos: uma destinada a criar as condições necessárias para uma homogeneidade cultural que obedeça, ao tempo que reproduza, a base ideológica, simbólica e material da racionalidade capitalista; e outra que revelará as contradições próprias dessa racionalidade e que buscará a consolidação de uma consciência de classe em si e para si, no sentido de fazer do terreno das contradições um momento propício à elevação dessa consciência crítica, bem como para o enfrentamento e a superação de todas as formas de dominação e exploração. Em termos gramscianos, esse processo de conformação da classe em si e para si faz parte da disputa hegemônica, de construção de consenso e da direção política (Gramsci, 1975).

Portanto, a função exercida pelos intelectuais orgânicos se articula a uma concepção de disputa pela hegemonia como um projeto educativo e político que conduza à elevação cultural do campo popular, condição imprescindível na assunção da tarefa histórica de condução da luta política para um porvir emancipatório. Esse é um passo central na interpretação do poder e da política como uma “relação pedagógica”, desvendando suas bases objetivas e subjetivas no sentido de uma ruptura com as formas modernas de dominação.

Em uma tradutibilidade da análise gramsciana ao contexto histórico latino-americano, interessa-me tecer algumas considerações em torno da organização da cultura e da disputa hegemônica no âmbito da práxis educativo-política dos movimentos indígenas e camponeses. Em primeiro lugar, afirmando que o conceito de hegemonia, em

---

nosso contexto regional, deve ser situado levando-se em consideração o caráter periférico dos nossos países, em que o projeto histórico de desenvolvimento é atravessado por um neocolonialismo e uma integração capitalista dependente e subordinada.

Em segundo lugar, reconhecendo que o processo de formação do intelectual orgânico não se restringe a uma tarefa exercida unicamente por um partido revolucionário e popular. A história política latino-americana é cenário de muitas lutas e rebeliões articuladas por diferentes organizações e movimentos populares de caráter urbano e rural, indígenas, camponeses, de trabalhadores rurais, da diáspora africana, entre outros. No cerne de seus processos organizativos e políticos encontramos o núcleo de formação de um intelectual orgânico coletivo. A partir dessa particularidade regional, situo a análise no campo problemático que articula a relação entre processos históricos de resistência, a formação de um intelectual orgânico e o papel da educação na formação da consciência de classe na América Latina.

Os projetos educativo-políticos articulados pelos movimentos indígenas e camponeses são baseados em 4 premissas: a) a construção de um processo educativo que permita a interpretação crítica do processo histórico de formação sociocultural e política da América Latina e que promova uma ruptura com a dialética colonial, patriarcal, racista e classista da opressão historicamente erigida na região; b) a formação do intelectual orgânico, intrínseca aos seus próprios processos organizativos; c) o vínculo com uma crítica ontoepistêmica da imposição do paradigma moderno ocidental capitalista eurocentrado como *alma mater* e cânone interpretativo do mundo e das relações socioculturais, de produção e política; e d) a constituição de uma disputa hegemônica como força social e histórica, na qual a práxis educativo-pedagógica é concebida como um projeto de hegemonia, o que exige a gênese de uma nova cultura política que responda aos desafios da crise civilizatória (Barbosa, 2015).

A disputa hegemônica implica a capacidade de articular, no campo popular, uma reflexão crítica sobre os históricos processos de dominação na relação Estado-sociedade, enquanto se defende a proposta de um projeto político que estimule a formação de uma consciência de classe e a gênese de uma nova cultura política, *conditio sine qua non* para a consolidação de uma direção política e moral que conduza à consolidação de um projeto de natureza emancipatória. A construção de uma nova hegemonia requer, ainda, a criação de uma vontade coletiva e a unidade da luta econômica, política e moral (Gramsci, 1975).

Nesses processos de disputa hegemônica, a região latino-americana demarca especificidades inerentes a seus processos históricos de integração dependente e subordinada ao capitalismo. Ao incorporar a dimensão pedagógica à disputa de hegemonia, o campo popular tratou de entrelaçar a interpretação crítica dessa base histórica às concepções de educação e pedagogia, no sentido de situar não só a natureza do momento constitutivo das estruturas de dominação e poder intrínseca ao nosso processo histórico,

---

mas também uma apropriação da educação em seu devir político, isto é, de superação da dialética da opressão e como prática da liberdade (Freire, 1987). Sob a perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses da região há a tessitura de um projeto educativo que prima por situar quem são os sujeitos da educação e a quais discursos educativos e quais intencionalidades socioculturais e políticas respondem.

Nesse horizonte, retomo o debate teórico-político do pensamento crítico latino-americano, no sentido de identificar o *sujeito revolucionário* da América Latina nos diferentes períodos históricos de tensão na disputa hegemônica. Corroboro Mariátegui (1928) quanto à existência de um sujeito potencialmente revolucionário, representado pelos povos originários, ao mesmo tempo que defendo que, em nosso tempo histórico, esse sujeito revolucionário é alargado, uma vez que incorpora o campesinato em sentido mais amplo, ou seja, os povos do campo, que constroem sua identidade com a terra como lócus de reprodução da vida. Ambos promovem projetos políticos em que a educação desempenha um papel central na formação de sujeitos histórico-políticos de disputa hegemônica no meio rural latino-americano.

## **A transmutação do Abya Yala à América Latina indígena, negra, camponesa e popular**

A formação sociocultural, política e econômica da América Latina tem suas raízes na colonização dos territórios do Abya Yala<sup>1</sup>. A ordem colonial instituída em nossa região tem uma base social e econômica de caráter patriarcal, colonial e racista, além da consolidação do latifúndio e do sistema escravocrata como uma matriz produtiva, cultural e política, elementos constitutivos que influenciaram a natureza dos Estados nacionais, as relações socioculturais, as diferentes fases de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na região, até culminar na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, transnacional e dependente.

Essas matrizes deram origem a uma profunda segregação social e um antagonismo de classe determinados, por um lado, pela condição estrutural daqueles que (não) possuem os meios de produção e, por outro, pelo lugar social atribuído pelos conquistadores (e pelas elites nacionais pós-colonização) aos povos originários, afrodescendentes e camponeses. Cabe dizer que a instituição da propriedade privada da terra, decorrente da expropriação territorial iniciada durante o período colonial, constitui a base material da posse dos meios de produção no contexto histórico latino-americano. Isso faz com que as questões agrária

---

<sup>1</sup> Abya Yala é o nome pelo qual hoje se conhece a extensão territorial do continente denominado América literalmente, significa *terra em pleno amadurecimento ou terra de sangue vital*. Esse nome foi dado pelos povos Kuna, no Panamá e na Colômbia, e a nação Guna Yala, no Panamá, antes da chegada de Cristóvão Colombo e dos europeus.

---

e territorial expressem a materialização histórica do antagonismo de classe na América Latina.

Outrossim, a estruturação das relações de dominação e poder se assenta em uma hierarquização pautada nas heranças coloniais e da escravidão em sua dimensão étnico-racial e de classe, em que essas categorias funcionam como dispositivos de diferenciação social e de introjeção de sociabilidades matizadas, simbólica e ideologicamente, em uma posição dicotômica e antagônica das relações sociais, baseadas no binômio “povos-cultura-superior” x “povos-cultura-inferior”, síntese da ideia de “civilização” x “barbárie” que acompanha a legitimação histórica do paradigma ocidental moderno capitalista. Portanto, nos países latino-americanos se consolidou tanto uma subalternização econômica quanto um colonialismo cultural e político.

É por essa razão que, na América Latina, a tradutibilidade do antagonismo de classes se amplia em relação às categorias clássicas “burguesia” x “proletariado”. Em outros termos, no contexto latino-americano, a contradição “capital” x “trabalho” não operou unicamente no âmbito das fábricas, como ocorreu na Europa durante a Revolução Industrial. Em nossa região, a terra e o território constituem os meios de produção e reprodução da vida arrebatados durante a instauração da ordem colonial e capitalista.

No movimento dialético da história social, os processos de resistência articulados pelo campo popular emergem diante dessa exclusão social historicamente instituída. Nos diferentes países da região, rebeliões populares e movimentos independentistas no final do século XIX e início do século XX abriram o caminho para a formação das primeiras repúblicas, lançando as bases para uma concepção germinal de direitos e cidadania a serem incorporados aos nascentes Estados nacionais. O século XX retomou a noção mais ampla de direitos, tornando-se um período de importantes processos históricos, de natureza popular e revolucionária, com o objetivo de moldar, nos planos jurídico e constitucional, os direitos humanos, civis e políticos dos povos indígenas, das populações camponesas e afrodescendentes, em suma, aqueles que foram historicamente expropriados de seus territórios e sujeitados a uma condição de dominação e subordinação respaldada na dicotomia étnico-racial e de classe.

Nesse registro histórico, as revoluções no Haiti e no México inauguraram as grandes revoluções populares na América Latina na transição do século XIX para o século XX, inspiradas na luta anticolonial, antirracista e na defesa da terra e da reforma agrária. Posteriormente ocorreram aquelas lideradas por movimentos clandestinos de libertação nacional e de guerrilha armada, que culminaram em processos revolucionários, como a Revolução Cubana, em 1959, e a Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979. As marcas políticas dessas revoluções se baseavam na denúncia histórica do latifúndio no processo de expropriação territorial e na progressiva subalternização dos povos originários e

---

camponeses. Nessa direção, a luta pela hegemonia se assenta na questão nacional e democrática em uma sociedade de caráter heterogêneo.

A exigência do direito à terra e a implementação da reforma agrária também constituíram a base do projeto nacional-popular desse período histórico, ao tempo que o fomento de um projeto de educação para a construção da consciência crítica se tornava central para a formação do intelectual orgânico no processo de organização da cultura (Barbosa, 2017). Apesar das diferenças e especificidades no que diz respeito à concepção teórica do processo revolucionário e das estratégias internas de luta, um elemento comum dessas revoluções foi o desejo de construir um projeto emancipatório com uma base popular e articulado por sujeitos histórico-políticos em uma unidade do campo e da cidade.

Os ciclos das lutas independentistas e das revoluções na América Latina e no Caribe desencadearam importantes processos políticos nos âmbitos nacional e regional. Do ponto de vista da reforma intelectual e moral (Gramsci, 1968), os fundamentos político-ideológicos de Simón Bolívar e José Martí tomaram forma gradualmente, no sentido de consolidar o pensamento social latino-americano e caribenho ilustrado. E na esteira da práxis política revolucionária, a formação de uma nova cultura política foi polinizada pelos referentes das lutas históricas travadas em contextos nacionais, mas também inspiradas por aquelas de natureza internacional.

Esses processos colocavam no debate político a centralidade da educação e da pedagogia na formação do sujeito revolucionário e a urgência histórica de propor um projeto educativo capaz de erradicar o analfabetismo e de promover o acesso universal à educação formal em todos os níveis. A concepção política do projeto educativo idealizada por esses processos revolucionários foi inspirada pelas pedagogias soviéticas, bem como pelos princípios da educação popular e martiniana. A formação educativa e política tinha a premissa fortalecer o processo revolucionário e a luta contra as mediações neocoloniais e imperialistas.

Paralelamente aos processos revolucionários, outra parte do campo popular seguiu o curso da resistência histórica em outros contextos nacionais, alguns deles sob o jugo de governos ditatoriais militares, e assumiu uma posição histórica como potenciais sujeitos revolucionários. É o caso da resistência histórica construída pelos povos originários, camponeses, afrodescendentes e da classe trabalhadora do campo e da cidade da América Central, dos países andinos e do Cone Sul.

No final do século XX, a acentuação das contradições sociais e político-econômicas resultantes da implementação de medidas neoliberais e pós-ditatoriais levou ao surgimento de um novo ciclo de lutas na América Latina. A luta de classes continuou a ser a bússola no confronto político-ideológico do neoliberalismo, do imperialismo e da transnacionalização do capital, especialmente com o capitalismo agrário e os megaempreendimentos vinculados ao neoextrativismo. Contudo, a memória histórica da resistência popular foi mantida viva,

---

latente e enriquecida por outros elementos históricos, tais como a luta anticolonial, muito presente nos discursos e documentos políticos dos movimentos populares, naquilo que diz respeito à denúncia histórica das relações coloniais que foram erigidas sob a categoria raça e os signos de opressão dela derivados para os povos originários, camponeses e da diáspora africana.

Um fator determinante na luta anticolonial desse período foram as celebrações do V Centenário, convocadas pela Espanha e pelos chefes de Estado dos países da região. Em resposta, o campo popular criou a Campanha Continental para a Autodescoberta da Nossa América, organizada por movimentos indígenas em toda a América Latina. Do mesmo modo, a Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992) reuniu as mais diversas organizações do campo popular para denunciar o peso histórico da Conquista na subjugação, opressão e discriminação contra os povos originários, afrodescendentes e camponeses. Essas campanhas possibilitaram que uma articulação regional fosse consolidada entre essas diferentes organizações, a fim de conceber uma estratégia política transnacional em defesa dos territórios e de um projeto anticolonial, antissistêmico e anticapitalista.

Desse modo, ao final do século XX e no limiar do século XXI, assistimos à emergência de movimentos emblemáticos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, a insurreição armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, a Guerra do Gás e a Guerra da Água, articuladas pelos movimentos indígenas na Bolívia, bem como a formação da Via Campesina Internacional (LVC) e da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), instâncias de articulação de organizações populares e movimentos sociais indígenas e camponeses, em nível internacional e regional, respectivamente (Barbosa, 2015; Gutiérrez-Aguilar, 2008; Martínez-Torres & Rosset, 2013). Outros marcos importantes se destacam nesse período, tais como as múltiplas rebeliões indígenas no Equador (nos anos 1980 e 1990), o Caracazo (1989), na Venezuela, e a reação popular contra o neoliberalismo na Argentina (2001). Nesse debate regional, um problema histórico comum permaneceu, relativo à expropriação territorial permanente e à violência institucional colonial e racista do Estado, que se manifestou na criminalização das lutas populares e no aumento da violência nas zonas rurais.

A emergência desse novo ciclo de luta do campo popular foi um desafio à modernidade histórica que, na realidade, expressou a escravidão dos povos e a negação de sua existência como sujeitos histórico-políticos. Essa modernidade foi considerada o berço do racismo colonial; da introjeção, no inconsciente coletivo, do mito de que o não branco é, por definição, o mau ou marginal por excelência, a raiz do complexo de dependência do colonizado. Em outras palavras, a inferiorização como o correlato da superiorização europeia (Fanon, 2005).

---

A questão agrária e a questão territorial são consideradas cruciais para o conjunto desses movimentos. Como destaca o Subcomandante Insurgente Moisés, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN, 2007, tradução nossa):

A terra onde os companheiros estão agora é propriedade deles, e nós a recuperamos. Descobrimos que [precisamos] destruir os capitalistas e nos tornarmos donos do local onde trabalhamos, porque é assim que o capitalismo funciona. Trabalhamos em plantações, em fábricas e o lucro não é para o povo trabalhador. Na nossa prática, estamos descobrindo mais como atacar o sistema capitalista. [...] Terão muito para lhes contar as experiências dos companheiros e companheiras, porque os seus meios de produção estão agora nas suas mãos, A TERRA. É a base fundamental de suas vidas, também se entende que o capitalismo é a sua base para explorar nos meios de produção. Os companheiros e companheiras zapatistas, quando tomaram os meios de produção nas suas mãos, ou seja, a terra, começaram a trabalhá-la de maneira comunal, local, regional, municipal, ou seja, em coletivos, sociedades, cooperativas. Isso foi alcançado graças à recuperação, à confiscação das terras, sem isso, não estaríamos onde estamos hoje. Está claro para nós, os zapatistas, que no momento em que nos tornamos os proprietários dessas terras, como nosso meio de produção, foi e é a principal base para atacar o capitalismo, ainda que nos falte muitas coisas por fazer. Mas já sabemos para onde ir. Tudo isso nos demos quando tiramos a terra dos mal chamados patrões, dos latifundiários ou grandes proprietários de terras. Acabamos com eles, com a nossa luta do dia 1 de Janeiro de 1994, a história que já conhecem, já sabem<sup>2</sup>.

No âmbito da resistência histórica, era essencial recuperar a face negada da América Latina (indígena, negra e camponesa), ou seja, reivindicar não só o direito a existir, mas também o direito a ser e a enfrentar o fardo histórico de ter sido denominado “os outros”, “os povos sem alma”, “os selvagens”. Outrossim, mostra-se importante destacar a reivindicação política do Abya Yala, no marco da II Cumbre Continental dos Povos Indígenas e Nacionalidades do Abya Yala, realizada em Quito em 2004, ocasião na qual os povos originários exigiram ser reconhecidos como sujeitos de enunciação de um discurso político construído a partir de outros referentes de caráter epistêmico e ontológico que definem os sentidos atribuídos às relações estabelecidas com seus territórios. O conjunto desses acontecimentos reconfigura o campo da disputa hegemônica na região, ao ampliar o conceito de classe e o terreno das contradições.

---

<sup>2</sup> Essa citação se refere a uma fala do Tenente Coronel Insurgente Moisés, em mesa redonda do seminário CIDECI, realizado em San Cristóbal de las Casas, em 19 de julho de 2007.

---

## Práxis educativo-política e a formação do intelectual orgânico

Na construção e consolidação de um projeto político alternativo, os movimentos indígenas e camponeses incorporaram o debate educativo como uma instância essencial para a formação de um sujeito político como força histórica, cuja tarefa consiste em elaborar e conduzir, organicamente, as táticas e estratégias inerentes à disputa hegemônica sob a perspectiva do campo popular. Entre as intencionalidades que conformam os diferentes projetos educativos articulados por esses movimentos se destacam: a) a superação do analfabetismo e o fomento à escolarização de todos aqueles que compõem sua base social; b) a construção de uma consciência crítica em torno da natureza histórica das desigualdades sociais; c) a elevação cultural do campo popular; d) a formação política para a conformação do intelectual orgânico coletivo. Na perspectiva desses movimentos, a concepção de um horizonte emancipatório tem a ver, *a priori*, com a superação da dialética do colonialismo, do racismo, do patriarcado e dos antagonismos de classe, pilares que estruturaram a formação sociocultural e política da América Latina em seu momento constitutivo.

Nessa direção, um projeto educativo de caráter libertador e emancipatório é aquele que propicia elementos para uma interpretação crítica dessa totalidade histórica, articulada com processos de libertação e descolonização (Fanon, 2005; Freire, 1987). A formação de uma consciência crítica para a transformação social emancipatória está ligada à apreensão das categorias “oprimido” e “liberdade” nos termos de Freire (1987) e Fanon (2005). Evocar a “liberdade” representava a libertação de um complexo de dominação política, econômica e cultural herdada dos tempos da Conquista, das relações estabelecidas com as oligarquias agrárias e escravocratas, e com as burguesias nacionais e transnacionais, sujeitos de dominação simbólica, ideológica e material que perduram na contemporaneidade. O processo de libertação é de natureza histórica, cultural e política, requer a luta de classes e um processo de disputa hegemônica, seja pelas vias institucionais - na reivindicação da dimensão pública do Estado - ou não institucionais - na construção de espaços de poder não estatal, de natureza comunitária e autônoma (Barbosa, 2010).

No contexto da luta dos povos indígenas e camponeses existe um *a priori* que acompanha sua concepção de disputa hegemônica, isto é, antes de avançar no debate em torno de um projeto socialista, situam outros elementos que são imprescindíveis para seus processos políticos. Assim, a libertação anda de mãos dadas com os processos históricos de descolonização e despatriarcalização. A descolonização, por sua vez, não se limita a um reconhecimento da identidade e à concessão de direitos na ordem do capitalismo, mas se concentra no enfrentamento das contradições objetivas e subjetivas que emergem da lógica colonial.

---

A descolonização se articula à transformação do ser, o que requer uma ruptura com os esquemas psíquicos de interiorização do opressor (Fanon, 2005), o autorreconhecimento como sujeito histórico, com uma capacidade de elaboração teórica e política ancorada em uma experiência sociopolítica que lhe confere uma autoridade epistêmica para apresentar propostas concretas relacionadas com a necessidade de superar as estruturas de reprodução da dominação e da subalternização capitalista ocidental moderna.

Ao descolonizar pensamentos e corpos, outras formas de ser e de posicionar-se social e politicamente são reclamadas, a partir de ontologias relacionais (Escobar, 2014) que adjudicam outras concepções acerca do território e no entendimento crítico de que o processo de formação de uma identidade política é constituído a partir de uma memória histórica, de formas de organização social de natureza comunitária e coletiva, de outros paradigmas de conhecimento que, embora possam dialogar com o paradigma ocidental moderno, não são inferiores a ele naquilo que diz respeito aos horizontes de interpretação histórica e transformação social.

Por conseguinte, torna-se fundamental conceber o ato educativo como um momento de apreensão do processo social em sua totalidade histórica, em uma objetivação do mundo e no confronto da realidade social concreta. Em outras palavras, a concepção de um processo educativo para uma consciência crítica nasce da práxis existencial do ser humano como criação autônoma, livre e inovadora, em que se reforça a conformação de um sujeito histórico-político *pari passu* à construção de um caminho de libertação e emancipação humana (Freire, 1987).

E nesse caminho que se faz ao caminhar, como reafirmam permanentemente os povos originários, o intelectual orgânico coletivo, cuja função essencial é organizar a cultura nos moldes de uma ação política que interpela a imposição da homogeneidade totalizadora do Estado capitalista e sua racionalidade subjetiva e material. Em uma leitura atenta de sua realidade passada e presente, muitos movimentos identificam a seguinte questão: se a educação foi o ponto de partida para a inferiorização subjetiva, a subordinação cultural e o domínio político, o primeiro passo para um processo de libertação, descolonização e emancipação será dado na construção de outra concepção de educação.

Esse primeiro passo se refere à apreensão da consciência crítica, à formação do intelectual orgânico e do sujeito revolucionário, de caráter coletivo e que situará a revolução não como uma utopia, um porvir, mas como uma construção cotidiana, no sentido de assentar as bases objetivas e subjetivas de disputa hegemônica, para o enfrentamento cotidiano das opressões próprias do capitalismo. Como diz o MST, “*viver como se luta e lutar como se vive*”, que significa uma disputa da hegemonia que se faz no dia a dia, em cada ação política erigida em seus territórios e na articulação da unidade política do campo popular. A defesa de seus territórios, a luta contra as expressões do patriarcado e

---

do racismo, a resistência contra o avanço do capitalismo agrário são parte de um processo contínuo, diário, incessante.

Nessa direção, essa outra concepção de educação apresenta alguns planos concretos: a) o educativo-formativo, o que implica outra pedagogia, outra escola, outro currículo, outra disciplina pedagógica; b) o educativo-político, que incorpora a necessidade histórica de formação de um intelectual orgânico coletivo e de um projeto político de curto, médio e longo prazo. Em ambos os planos, os movimentos indígenas e camponeses desenvolveram uma discussão interna que lhes permitiu situar a dimensão epistêmica como um eixo central na concepção da educação e da pedagogia, no âmbito de seus projetos políticos.

Entre os fundamentos teórico-políticos da concepção de educação e pedagogia sob a perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses, além dos referentes históricos e culturais intrínsecos a seus processos políticos, destacam-se o legado da educação popular, da teologia da libertação, do pensamento pedagógico latino-americano e da pedagogia socialista. Incorporaram-se, também, outros elementos que fundamentam sua identidade política (memória histórica, cosmovisão, concepção territorial, autonomia), que são inerentes às filosofias indígenas, às referências epistêmicas e ontológicas da cosmogonia e às matrizes epistêmicas e ontológicas das línguas originárias e seus conceitos. Todos esses referentes são responsáveis pela atribuição de um carácter genuíno aos processos político-educativos formulados por esses movimentos.

Encontramos na América Latina experiências concretas de projetos educativo-políticos que visam a conformar um intelectual orgânico coletivo, ao mesmo tempo que elaboram seus próprios conceitos teórico-epistêmicos e uma práxis pedagógica que coloca em marcha uma concepção própria de educação, de pedagogia, de escola e de um processo formativo. Entre essas experiências cabe destacar algumas de maior relevo na região<sup>3</sup>:

- A Pedagogia do Movimento, a Educação do Campo e as escolas itinerantes, projeto educativo-político do MST, no Brasil;
- A Educação Autônoma e o Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional;
- Os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos e as escolas camponesas vinculadas às organizações da CLOC-LVC;
- As escolas de formação política das organizações da CLOC-LVC, situadas em diferentes países da região latino-americana e caribenha;
- As pedagogias feministas erigidas pelos feminismos populares e pelos movimentos de luta das mulheres indígenas e camponesas;

---

**3** Devido à extensão deste artigo, não há detalhamento de cada uma das experiências. Encontram-se disponíveis para consulta na *web* muitos documentos produzidos pelos próprios movimentos mencionados, além de inúmeras pesquisas acadêmicas.

- 
- A Educação Própria, projeto educativo-político desenvolvido pelo movimento indígena do Cauca, na Colômbia.

Essas experiências demonstram a concretização de um projeto educativo e político em curso por mais de três décadas, com efetiva elevação cultural do conjunto dos partícipes desse processo, com a formação de um intelectual orgânico coletivo que inspira outros processos em diferentes continentes. O intelectual orgânico coletivo representa os próprios quadros políticos que passam pelas escolas de formação desses movimentos, ao tempo que amadurecem o conjunto de suas aprendizagens no próprio processo de construção da luta do campo popular.

## **A práxis educativo-política e a organização da cultura**

A transição da “filosofia do senso comum” para uma “filosofia da práxis” e direção política emerge em um contexto de reforma intelectual e moral, ou seja, no momento em que o campo popular atinge um nível de reflexão crítica que lhe permite analisar o movimento real da totalidade histórica. Para Gramsci (1968), a reforma intelectual e moral advoga uma transformação da consciência que afeta diretamente as formas de sentir e agir das massas. Uma transição que leva à consolidação de uma nova relação e mediação entre cultura, política e sociedade.

A educação é parte intrínseca dessa relação entre cultura, política e sociedade e aqui reside o papel do intelectual orgânico, isto é, aquele cuja tarefa é atuar organicamente nessa relação. Em sua crítica ao papel histórico da educação em um contexto colonial e capitalista, o EZLN (1996, p. 123, tradução nossa) argumenta:

Um dos pilares fundamentais da reprodução do sistema político é a educação, que tem sido utilizada como um instrumento para legitimar a governabilidade por meio de uma dinâmica que busca formar uma massa da população produtiva, mas não reflexiva ou crítica; que impulsiona a homogeneização e anula as diferenças culturais e de gênero, ignorando absolutamente as idiosincrasias dos ambientes rurais e das línguas indígenas; que incentiva o individualismo e a competição, reforçando o sistema de mercado, a desigualdade e a discriminação; que não respeita, nem considera as necessidades da vida e o direito de escolha do seu próprio modo de vida.

A acepção crítica do que significa a mediação pedagógica exercida pela educação no marco de uma sociedade capitalista é a razão fundamental para conceber outro projeto educativo e incorporar a cultura, em sua dimensão ontológica, como cerne de uma formação

---

verdadeiramente emancipadora. Na concepção do EZLN (1996, p. 135, tradução nossa), a cultura representa:

[...] o que é feito, o que não é feito, o que é visto e o que não é visto. É uma forma de ser, de viver e de conviver, produto da relação com a natureza e com outros homens e mulheres. Exprime-se nas festas, nas danças, na comida, no vestuário, nas manufaturas, na linguagem: mas não é só isso, é todo o sentido da vida. [...] Não é unicamente folclore, nem apenas arte. Sublinhávamos, durante a discussão, as relações entre cultura e vida cotidiana, com as práticas e representações que diferentes sujeitos sociais fazem de si próprios e dos outros. [...] As culturas são a arte de viver.

A cultura é compreendida, pois, como elemento de mediação da identidade política, da formação da consciência, de transmissão do legado histórico da luta indígena e camponesa, bem como de proposição de um projeto político concreto. Isso corrobora Marx e Engels (1986, pp. 36-37):

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação de seu comportamento material [...] A consciência jamais pode ser outra coisa além do ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. [...] os homens, ao desenvolverem sua produção material, transformam também, com esta, sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

E o que representa a vida para esses sujeitos histórico-políticos? É a “longa noite dos 500 anos”, como se referem a ela os zapatistas, em alusão à Conquista; significa serem filhos dessa longa noite, e a necessidade histórica de defender o “direito à terra para quem nela trabalha”, uma marca herdada de Emiliano Zapata. Em outros termos, a reforma intelectual e moral almejada no âmbito do fomento de uma educação crítica deve estar relacionada à luta de classes e a uma luta histórica em defesa das ontologias inerentes aos modos de vida nos diferentes territórios e sob uma perspectiva de superação de toda e qualquer expressão de dominação, exploração e opressão. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1999):

---

A luta pela terra precisa ser entendida também como um combate ideológico, ou seja, uma disputa entre concepções de sociedade e entre modos de pensar e agir que se manifestam tanto nas organizações e lutas coletivas como nos valores culturais e comportamentos pessoais cotidianos, passando principalmente por uma disputa pela apropriação e produção dos CONHECIMENTOS necessários à sustentação econômica e política do novo projeto. A educação sempre foi uma arma importante na luta de classes, justamente porque ela é um veículo fundamental da ideologia.

A “disputa entre concepções de sociedade” é parte da disputa hegemônica em sua dimensão cultural; é o âmago da luta de classes. Nela, o “combate ideológico”<sup>4</sup> se aproxima da acepção de Gramsci (1982), como consciência subjetiva dos processos sociais. Portanto, o processo de organização da cultura, atrelada a um projeto educativo e político, ocorre no âmbito desse amplo debate em torno da reconfiguração da questão agrária, da questão territorial e do avanço do capital transnacional no campo.

Isso porque, como argumentei anteriormente, a reprodução do capitalismo na América Latina ocorre, notadamente, com a disputa territorial por parte do capital transnacional. Nessa direção, também faz parte da organização da cultura o reconhecimento da necessidade histórica de apropriar-se teórica e politicamente desse debate no processo educativo e da formação do intelectual orgânico coletivo. Não se pode consolidar a luta contra o latifúndio, o agronegócio e os megaempreendimentos de caráter neoextrativista sem a consciência subjetiva do percurso histórico que os consolidam.

Outro aspecto dessa disputa hegemônica e de combate ideológico consiste na defesa de um projeto histórico de conhecimento *no, do e para o* campo, que tem por objetivo político avigorar a territorialização indígena e camponesa como expressão de resistência e enfrentamento da territorialização do capital internacional e financeiro, por meio do agronegócio e do extrativismo das mineradoras e das usinas eólicas, entre outros megaempreendimentos vinculados ao capitalismo por espoliação no contexto latino-americano. Isso porque a apropriação do território, regulamentada pelos Estados nacionais, conduz a um “estado de separação” (Zavaleta, 2009), na tentativa permanente de desterritorialização e descampenização, em termos históricos, em que se pretende aniquilar outras formas de organização social antagônicas à ordem do capital, para um consequente esvaziamento ou disponibilidade para a assimilação da racionalidade capitalista moderna, em termos de um território viável para o mercado mundial (Zavaleta, 2009).

---

**4** O conceito de *ideologia* tem sido um dos mais debatidos no âmbito das Ciências Sociais, com destaque para as obras de Karl Marx e Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Antonio Gramsci e István Mészáros. Não recorremos a um aprofundamento teórico da categoria. Para tanto, sugerimos, além das obras clássicas, os escritos de Frosini (2014) e Codato (2016), os quais apresentam uma revisão do marco teórico de análise do conceito de *ideologia*.

---

Segundo Marx (2006), a teoria só se realiza em uma nação na medida em que é a realização de suas necessidades. No cerne dos projetos educativo-políticos articulados pelos movimentos indígenas e camponeses, observamos que a formação do intelectual orgânico coletivo também acompanha um processo concreto de teorização por parte dos movimentos sociais, em articulação com a necessidade histórica de consolidar outro projeto de sociedade de caráter popular. E esse tem sido o sentido apropriado pelos diferentes projetos educativos articulados pelos movimentos indígenas e camponeses. Vejamos a reflexão de Judite Stronzake (2009), à época da Coordenação Político-Pedagógica do IALA Paulo Freire, vinculado à CLOC/LVC, por ocasião do Primer Encuentro de Formadores en Agroecología de la Vía Campesina:

[...] o encontro é parte desse processo de construção desta unidade de pensamento e de concepção, que também nos toca enquanto campesinos, indígenas e afrodescendentes do continente começar a criar nossa própria teoria, nosso próprio pensamento, nossa ciência, a partir desse processo de construção da unidade dos campesinos no continente. O desafio de ter nossa própria ciência em qualquer ramo, ou seja, da formação humana, da produção, da educação, da convivência, da cosmovisão, da organização da produção nas comunidades campesinas. Também tem este sentido de que a partir desse encontro necessitamos ter algumas ações comuns. Então, é a unidade, a teoria própria da Vía Campesina, dos movimentos campesinos, e é ação, seja pra contribuir nas ações de protesto dos movimentos e ação comum no campo da produção, da educação, da integração, dos direitos humanos. Este encontro também vem consagrar e confraternizar que este projeto que aqui estamos é um projeto da Vía Campesina.

Nesse processo de teorização, além da elevação cultural, almeja-se não depender nem se restringir a uma produção teórica distanciada de sua própria luta, ao mesmo tempo que se combate a imposição de um conhecimento canônico que nega, em definitivo, os saberes construídos nas experiências de vida e de luta dos povos indígenas e camponeses. Esses movimentos aspiram construir seu próprio conhecimento, resultante da sistematização, reflexão coletiva e teorização sobre seus próprios exemplos e experiências, os quais permitem a produção de seus respectivos documentos e textos de estudo e, sobretudo, socializar de maneira horizontal o aprendizado construído no Diálogo de Saberes e no intercâmbio de experiências.

No processo de teorização própria, elaboram categorias de análise em articulação com a teoria crítica marxista, com o pensamento crítico latino-americano, bem como com as epistemologias originárias da cosmovisão indígena e da cultura camponesa. O

---

construto teórico que emerge desse diálogo de saberes permite desconstruir a *gramática normativa* (Gramsci, 1968) instituída pelo Estado capitalista no incessante processo de homogeneização cultural e de totalização da racionalidade do capital. Portanto, ser um *intelectual orgânico coletivo* assume centralidade no fortalecimento da reforma intelectual e moral entre os diferentes movimentos indígenas e camponeses, uma vez que implica fortalecer um projeto político articulado por eles na região.

## Considerações finais

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de formação do intelectual orgânico coletivo no âmbito dos projetos educativo-políticos erigidos pelos movimentos indígenas e camponeses da América Latina. Um dos argumentos que sustento é que a função essencial desse intelectual orgânico coletivo consiste em fomentar a organização da cultura em estreito vínculo com a natureza do processo sócio-histórico e político da região.

Nessa direção, cabe destacar o caráter heterogêneo de nossas sociedades, instituído em dois marcos temporais: a) o fato de existirem outras formas de organização da vida sociocultural e política próprias do Abya Yaya; e b) o fato de nossas populações terem sido submetidas a um violento processo de colonização e instauração do capitalismo, marcado por dominação, exploração e opressão colonial, racista, patriarcal e capitalista.

O processo de organização da cultura requer a elevação da consciência para uma interpretação crítica desse processo histórico, elucidando a natureza da contradição “capital” x “trabalho” na especificidade latino-americana, bem como a natureza da disputa hegemônica em nossa região. A proposição de projetos educativo-políticos tem permitido que os movimentos indígenas e camponeses se apropriem da teoria crítica para uma apreensão da totalidade histórica, ao passo que assumem a direção política e moral do projeto político que desejam consolidar.

## Referências bibliográficas

- Barbosa, L. P. (2010). *Aproximações reflexivas às experiências latino-americanas campesinas e indígenas em suas interações e lutas sociais em torno das políticas públicas no Brasil e México* (Documento de Trabalho n. 5). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Barbosa, L. P. (2015). *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los sin tierra y de los zapatistas*. México, DF: Librunam.
- Barbosa, L. P. (2016). Educación, conocimiento y resistencia en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. *De Raíz Diversa*, 6, 45-79.

- 
- Barbosa, L. P. (2017). Legado e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. *Tensões Mundiais*, 13(24), 107-138.
- Codato, A. (2016). O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. *Política e Sociedade*, 15(32), 311-331.
- Escobar, A. (2014). *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín, Colombia: UNAULA.
- Exército Zapatista de Libertação Nacional. (1996). Crônicas intergalácticas. In *Anales del 1er Encuentro Intercontinental por la Humanidad y en contra del Neoliberalismo*. San Cristóbal de las Casas, México.
- Exército Zapatista de Libertação Nacional. (2007) Palabras del Teniente Coronel Insurgente Moisés. Mesa redonda en el CIDECI, San Cristóbal de las Casas, 19 jul. 2007.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Frosini, F. (2014). Ideologia em Marx e Gramsci. *Educação e Filosofia*, 28(56), 559-582.
- Gramsci, A. (1968). *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (1975). *Cuaderni del carcere* (Vol. 3). Torino, Italia: Einaudi.
- Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, SP: Círculo do Livro.
- Gutiérrez-Aguilar, R. (2008). *Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia (2000-2005)*. La Paz, Bolivia: Tinta Limón.
- Mariátegui, J. C. (1928). *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México, DF: ERA.
- Martínez-Torres, M. E., & Rosset, P. M. (2013). Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge La Vía Campesina como movimiento social transnacional. *El Otro Derecho*, 44, 21-56.
- Marx, K. (2006). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1986). *A ideologia alemã*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1999). *Como fazemos a escola de Educação Fundamental* (Caderno de Educação n. 9). Veranópolis, RS: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.
- Stronzake, J. (2009, 21 de agosto). *Primer Encuentro Latinoamericano de Formadores/as en Agroecología de La Vía Campesina* (Parte 1/4). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=yeFTm17R4rs&t=164s>
- Zavaleta, R. (2009). *La autodeterminación de las masas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

---

## Para citar este artigo

### **Norma A – ABNT**

BARBOSA, L. P. A práxis educativo-política dos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos e a organização da cultura. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 12, n. 28, p. 11-30, 2022.

### **Norma B – APA**

Barbosa, L. P. (2022). A práxis educativo-política dos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos e a organização da cultura. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 12(28), 11-30.

### **Norma C – Vancouver**

Barbosa LP. A práxis educativo-política dos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos e a organização da cultura. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2022 [cited Jan 4, 2022];12(28):11-30. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7833>